



Instituto da Mobilidade
e dos Transportes Terrestres, I.P.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

AVISO

Procedimento concursal comum com vista ao preenchimento de 6 postos de trabalho na categoria/carreira de assistente técnico na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado do mapa de pessoal do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres

1 – Nos termos do disposto nos nºs 2 e 4 do artigo 6º e no artigo 50º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e no artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e dado não existir ainda reserva de recrutamento quer junto da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, quer no Instituto da Mobilidade dos Transportes Terrestres, IP., torna-se público que, por deliberação de 25 de Fevereiro de 2010 do Conselho Directivo, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente Aviso no *Diário da República*, procedimento concursal comum para preenchimento de seis postos de trabalho na carreira e categoria de assistente técnico, previstos e não ocupados no mapa de pessoal deste Instituto, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

2 – De acordo com o estabelecido no artigo 18º da Lei nº 69-A/2009, de 24 de Março, o presente procedimento concursal foi precedido da declaração de confirmação do cabimento orçamental emitida pela 4ª Delegação da Direcção-Geral do Orçamento.

3 – Ao presente procedimento é aplicável a tramitação prevista no artigo 54º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, regulamentada pela Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

4 – **Prazo de validade** – O presente procedimento concursal é válido para a ocupação de idênticos postos de trabalho a ocorrer no prazo máximo de 18 meses contados da data de homologação da lista de ordenação final (reserva de recrutamento interna), nos termos dos nºs 1 a 3 do artigo 40º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

5 – **Número de postos de trabalho a ocupar – 6 postos de trabalho** distribuídos do seguinte modo:

Refª 1) – Direcção Regional de Mobilidade dos Transportes do Centro - **4 postos de trabalho.**

Refª 2) – Delegação Distrital de Viação da Guarda – **1 posto de trabalho.**

Refª 3) – Delegação Distrital de Viação de Leiria – **1 posto de trabalho.**

6 – Caracterização dos postos de trabalho – exercício de funções com grau de complexidade 2 constante no anexo à Lei nº 12-A/2009, de 27 de Fevereiro, sendo que os postos de trabalho a ocupar inserem-se no domínio das competências cometidas Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro e das Delegações Distritais de Viação da Guarda e de Leiria. Que genericamente se caracteriza para o exercício das seguintes funções;

Refª 1) – Atendimento presencial, telefónico e electrónico em matéria de condutores, veículos e a questões de carácter genérico, arquivo, cobrança de taxas, conferência da arrecadação, elaboração de ofícios resposta, consulta de dados e registo de pretensões nas aplicações informáticas SCRE, SGDP, SICC, SIEC, SIVH e Extranet-Condutores, emissão de licenças de instrutor, sddirector, director, bem como licenças de veículos de escolas de condução, emissão, substituições, duplicados e revalidações de cartas de condução, apoio administrativo à gestão de recursos humanos, fundo de meio aprovisionamento e património, nomeadamente, controlo de assiduidade, controlo dos boletins diários dos veículos de serviço, conferir e recepcionar mapas de ajudas de custo, elaboração dos mapas de trabalho extraordinário, levantamento das necessidades de material, registar, reservar e requisitar na aplicação SIGI os equipamentos e materiais.

Refª 2) – Atendimento presencial, telefónico e electrónico em matéria de condutores, veículos e transportes, emissão, substituições, duplicados e revalidações de cartas de condução, emissão de cartão de pessoa com deficiência, atribuição, cancelamento, homologação e reposição de matrículas, emissão de certificados de matrícula, 2ª via ou substituição de certificados de matrícula e alteração de características de veículos, registo de pedidos nas aplicações informáticas SICC e SIVH e de transportes.

Refª 3) – Atendimento presencial com recurso às aplicações informáticas SGDP, SICC, SIEC e Extranet-Condutores, atendimento telefónico e electrónico sobre processos e questões genéricas sobre a área de condutores, arquivo, cobrança de taxas, elaboração de ofícios resposta, receber pedidos relativos à habilitação e actividade de condutores e agentes da formação e avaliação dos mesmos, revalidações, substituições, ou troca de cartas de condução.

7 – Local de Trabalho –

Refª 1) - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres/ Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro/Núcleo de Condutores e Núcleo de Veículos, sita na Av. Fernão de Magalhães nº 511-513, Coimbra.

Refª 2) - Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres/Delegação Distrital de Viação da Guarda, sita na Rua 4 de Outubro, Guarda Gare.

Refª 3) – Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres/Delegação Distrital de Viação de Leiria, sita na Rua Assunção nº 25, Guimarota, Leiria.

8 – Posicionamento remuneratório – nos termos do disposto no artigo 55º da Lei nº 12-A/2008, o posicionamento dos trabalhadores a recrutar será o que resultar de negociação com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres IP., após o termo do procedimento concursal.

9 – Requisitos de admissão – Ser detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado ou encontrar-se em situação de mobilidade especial e possuir os requisitos enunciados no artigo 8º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, a saber:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

9.1 – Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal do serviço idênticos ao posto de trabalho para cuja ocupação se pretende com o presente procedimento concursal.

10 – Constituem factores preferenciais, os seguintes – Conhecimento e experiência comprovada no mínimo de 2 anos na área de atendimento ao público, telefónico e electrónico nas áreas de condutores, veículos e transportes, das aplicações informáticas SCRE, SICC, SIEC, SIVH, SGDP e Extranet, conhecimento da legislação, regulamentos e normas relacionadas com a habilitação de condutores, ensino de condução, transportes e veículos, bons conhecimentos de informática na óptica do utilizador.

11 – Nível habilitacional – O nível habilitacional exigido 12º Ano nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 44º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

12 – Apresentação da candidatura:

12.1 – Prazo – O prazo para a apresentação da candidatura é de 10 dias úteis, contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*.

12.2 – Formalização da candidatura – Nos termos do artigo 27º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, a candidatura deve ser formalizada em suporte de papel mediante formulário próprio,

aprovado pelo Despacho nº 11321/2009 e publicado no Diário da República de 8 de Maio de 2009, disponível para *download* na página electrónica do IMTT (www.imtt.pt), devendo constar, entre outras, as seguintes referências:

- a) Identificação do procedimento concursal, indicando, igualmente, a carreira e categoria e o posto de trabalho a que se candidata;
- b) Dados pessoais, com indicação do nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número de identificação fiscal, morada, endereço postal, número de telefone, telemóvel, e endereço electrónico, caso exista;
- c) Nível habilitacional;
- d) Experiência profissional e funções exercidas;
- e) Identificação da relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato considere relevantes para apreciação do seu mérito ou por constituírem motivo de preferência legal, os quais só poderão ser tidos em conta pelo júri se devidamente apresentados;
- g) Opção por métodos de selecção nos termos do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
- h) Situação perante os requisitos de admissão exigidos e previstos no artigo 8º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro;
- i) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura;
- j) Local, data e assinatura.

12.3 – O não preenchimento ou o preenchimento incorrecto dos elementos relevantes constantes do formulário de candidatura por parte do candidato determina a sua exclusão ao procedimento concursal.

12.4 – A apresentação da candidatura, dirigida ao Presidente do Júri, é feita pessoalmente ou através correio registado, com aviso de recepção, até à data limite para a apresentação das candidaturas, para a Secção de Expediente do IMTT, sita na Av. das Forças Armadas n.º 40, 1649-022 Lisboa.

13 – Documentos a apresentar na formalização da candidatura: Devem acompanhar o formulário tipo de candidatura os seguintes documentos:

- a) *Curriculum Vitae* detalhado, datado e assinado;
- b) Documentos comprovativos das habilitações literárias;
- c) Documentos comprovativos da formação profissional (especializações, estágios, seminários, etc.);

- d) Documentos comprovativos das actividades relevantes exercidas;
- e) Fotocópia do bilhete de identidade, do cartão de contribuinte ou do cartão do cidadão;
- f) Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem, devidamente actualizada e autenticada, da qual conste, de maneira inequívoca, a categoria e carreira, a natureza da relação jurídica de emprego público de que é titular, a respectiva antiguidade, e a avaliação do desempenho, com referência aos valores quantitativos e qualitativas, obtidas nos últimos três anos, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea d) do nº 2 do artigo 11º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro;
- g) Declaração emitida e autenticada pelo serviço de origem na qual com descrição detalhada das tarefas e responsabilidades inerentes ao posto de trabalho ocupado pelo candidato, com vista à apreciação do conteúdo funcional.

13.1. – A não apresentação dos documentos a que se referem as alíneas a), b), f) e g) do número anterior determina a exclusão do procedimento, nos termos da alínea a) do nº 9 do artigo 28º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, salvo em caso de mera irregularidade ou quando seja de admitir que a sua não apresentação atempada se tenha devido a causas não imputáveis a dolo ou negligência do candidato, devidamente comprovadas. Neste caso, o júri pode, por sua iniciativa ou a requerimento do candidato, conceder um prazo suplementar razoável para a apresentação dos documentos.

13.2. – A não apresentação dos documentos comprovativos das acções de formação profissional e dos demais elementos aduzidos pelos candidatos, nos termos da alínea d) do número 13 do presente aviso, determina a sua não consideração para efeitos de avaliação curricular.

13.3 – Na apresentação dos documentos comprovativos das situações referenciados no ponto nº 9 do presente Aviso, os candidatos devem identificar e declarar, sob compromisso de honra, a relação jurídica de emprego público de que são titulares bem como a carreira e categoria, a actividade que executam e o órgão ou serviço onde exercem funções.

13.4 – As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 – Métodos de selecção: Considerando o carácter urgente do procedimento, o previsível número elevado de candidaturas e a necessidade premente de repor a capacidade de resposta da Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, da Delegação Distrital de Viação da Guarda e da Delegação Distrital de Viação de Leiria, no âmbito das atribuições que lhe estão cometidas, por grave carência de recursos humanos na área a que respeita o presente recrutamento, é utilizado, ao abrigo do disposto no nº 4 do artigo 53º da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o nº 2 do

artigo 6º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, um único método de selecção obrigatório, a saber:

– **Avaliação Curricular**, com uma ponderação de 70%, em que são considerados os elementos de maior relevância para o posto de trabalho a ocupar, designadamente:

a) A experiência profissional com incidência sobre a execução de actividades inerentes aos postos de trabalho em causa e o grau de complexidade das mesmas, isto é, experiência profissional nas áreas das competências atribuídas à Direcção Regional de Mobilidade e Transportes do Centro, da Delegação Distrital de Viação da Guarda e da Delegação Distrital de Viação de Leiria;

b) A formação profissional relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;

c) A habilitação académica;

d) A avaliação do desempenho relativa ao último ano em que o candidato executou actividade idêntica à do posto de trabalho a ocupar.

14.1 – Na avaliação curricular é adoptada a escala de 0 a 20 valores.

15 – Método de selecção complementar: O método de selecção complementar a utilizar será:

– **Entrevista Profissional de Selecção**, com uma ponderação de 30%, destinada a avaliar, de forma objectiva e sistemática, a experiência profissional e aspectos comportamentais evidenciados durante a entrevista, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

15.1 – A entrevista profissional de selecção, de carácter público, é avaliada segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respectivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores. Para esse efeito será elaborada uma ficha individual contendo o resumo dos temas abordados, os parâmetros de avaliação e a classificação obtida em cada um deles, devidamente fundamentada.

16 – A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de selecção, considerando-se excluídos, nos termos do nº 13 do artigo 18º da Portaria nº 83-A/2009, de 22 de Janeiro, os candidatos que obtenham uma pontuação inferior a 9,5 valores num dos métodos, não lhes sendo aplicado o método seguinte.

17 – Nos termos da alínea t) do nº 3 do artigo 19º da Portaria nº 83-A/2009, os critérios de apreciação e de ponderação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final dos candidatos, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas das reuniões do júri do

procedimento, as quais serão facultadas aos candidatos, no prazo de 3 dias úteis, sempre que solicitadas.

18 – Exclusão e notificação dos candidatos: Os candidatos excluídos são notificados por uma das formas previstas nas alíneas *a)*, *b)*, *c)* ou *d)* do n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, para a realização da audiência dos interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo. As alegações a proferir pelos mesmos devem ser feitas em formulário tipo para o exercício do direito de participação aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009 e publicado no Diário da República de 8 de Maio de 2009, disponibilizado na página electrónica do (www.imtt.pt).

19 – Os candidatos aprovados no método de selecção obrigatório são convocados para a realização do método complementar através da notificação feita por uma das formas previstas no número anterior.

20 – Em caso de igualdade de valoração, os critérios de desempate a adoptar são os constantes do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro.

21 – A lista unitária de ordenação final, após homologação, será publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada em local visível e público das instalações do IMTT e disponibilizada na sua página electrónica.

22 – Nos termos no n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, o presente o Aviso será publicitado na 2.ª Série do *Diário da República*, na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt) no 1.º dia útil subsequente à publicação no *Diário da República*, na página electrónica do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, e, também por extracto, no prazo máximo de três dias úteis contado da mesma data, em jornal de expansão nacional.

23 – Composição do júri do procedimento – O júri do presente procedimento tem a seguinte composição:

Ref.º 1):

Presidente – Licenciada Maria Helena Tarrafa Girão, coordenadora do Núcleo de Condutores
1.º Vogal efectivo – Licenciada Ana Cristina Rijo de Araújo Silva, coordenadora do Núcleo de Fiscalização e Contra-Ordenações, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos
2.º Vogal efectivo – Licenciada Joana Carolina Fernandes Nunes Miguel, técnica superior
1.º Vogal suplente – Licenciado, Rui Manuel Correia Pancas, técnico superior
2.º Vogal suplente – Isabel Maria Santos Ferreira Reis, assistente técnica

Ref.º 2):

Presidente – Licenciado José Manuel de Almeida Cunha Coelho, técnico superior
1º Vogal efectivo – Licenciado Francisco Manuel Monteiro Ruas, técnico superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos
2º Vogal efectivo – Elisa Rosa Teixeira Silva Pinto, assistente técnica
1º Vogal suplente – Licenciado, José Manuel Souto Pinto Proença, técnico superior
2º Vogal suplente – Licenciado José Manuel Gabriel da Silva, técnico superior

Refª 3):

Presidente – Licenciado Rui Manuel Marinheiro Carvalheiro delegado distrital de Viação de Leiria
1º Vogal efectivo – Licenciado António Luís Ferreira Ferrinho, técnico superior, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos
2º Vogal efectivo – Licenciado, João António Sanches Alves, técnico superior
1º Vogal suplente – Maria de Jesus Catarina Santos, assistente técnica
2º Vogal suplente – Olívia de Sousa Ferreira Claudino, assistente técnica

24 – Em tudo não expressamente previsto no presente aviso, o concurso rege-se, designadamente, pelas disposições constantes da Lei nº 12-A/2008, de 28 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Declaração de Rectificação nº 22-A/2008, de 24 de Abril, Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro, Decreto-Lei nº 121/2008, de 11 de Julho, Lei nº 59/2008, de 11 de Setembro, Portarias nºs 1553-C/2008, de 31 de Dezembro, e 83-A/2009, de 22 de Janeiro, Constituição da República Portuguesa e Código do Procedimento Administrativo.

25 – Em cumprimento da alínea *h)* do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

Lisboa, 25 de Março de 2010

O Presidente do Conselho Directivo

António Crisóstomo Teixeira